



Julho/2014



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de **Promotor de Justiça** **Promotor de Justiça Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA SELETIVA

Primeira Etapa

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida ao candidato a consulta a qualquer tipo de legislação, súmulas e jurisprudência dos Tribunais, anotações ou a quaisquer outros materiais.
- A duração da prova é de 4 (quatro) horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**GRUPO TEMÁTICO I****Direito Penal**

1. Segundo entendimento hoje pacificado no Superior Tribunal de Justiça, a *abolitio criminis* temporária prevista no estatuto do desarmamento,
- (A) abrangeu, por certo período, aqueles que portassem armas de fogo de uso restrito.
 - (B) abrangia os crimes de porte ilegal de arma de uso permitido.
 - (C) vigorou por período maior apenas para os possuidores de arma de fogo e de munição de uso permitido.
 - (D) ainda vigora para aqueles que possuírem e portarem armas de fogo de uso permitido.
 - (E) nunca alcançou os possuidores de armas de uso restrito com numeração raspada.
2. Nas ações penais abrangidas pela chamada Lei Maria da Penha, admissível a renúncia à representação da ofendida perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público,
- (A) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (B) em qualquer crime.
 - (C) apenas no crime de lesão corporal leve.
 - (D) nos crimes de lesão corporal leve e de ameaça.
 - (E) no crime de ameaça.
3. De acordo com a atual posição do Supremo Tribunal Federal, nos crimes materiais contra a ordem tributária, o início do lapso prescricional ocorre com
- (A) a instauração de inquérito policial.
 - (B) a representação fiscal ao Ministério Público para fins penais.
 - (C) a data de efetiva supressão de tributo.
 - (D) o lançamento definitivo do tributo.
 - (E) a instauração do procedimento administrativo-fiscal.
4. Consoante entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) é cabível a aplicação retroativa, desde que integral, das disposições da vigente lei de drogas, se mais favoráveis ao réu, vedada a combinação de leis.
 - (B) são irretroativas as disposições da vigente lei de drogas, ainda que mais favoráveis ao réu, pois inadmissível a combinação de leis.
 - (C) são retroativas as disposições da vigente lei de drogas, se mais favoráveis ao réu, permitida a combinação de leis.
 - (D) é cabível a aplicação retroativa, ainda que parcial, das disposições da vigente lei de drogas, se mais favoráveis ao réu, vedada a combinação de leis.
 - (E) são retroativas as disposições da vigente lei de drogas, mesmo que desfavoráveis aos réu, vedada a combinação de leis.
5. Nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa,
- (A) admissíveis, em qualquer situação, a transação penal e a suspensão condicional do processo.
 - (B) dispensável a representação do ofendido, se o agente estiver sob a influência de álcool.
 - (C) sempre cabível a composição civil.
 - (D) inadmissível a transação penal.
 - (E) incabível a suspensão condicional do processo, mas sempre necessária a representação do ofendido.
6. Quanto aos crimes de tortura, correto afirmar que
- (A) punível aquele que se omite em face da tortura, ainda que sem o dever legal de evitá-la ou apurá-la.
 - (B) todos são classificados como próprios, segundo expressa disposição legal.
 - (C) o condenado sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
 - (D) sujeito à jurisdição penal brasileira o estrangeiro que venha a torturar brasileiro fora do território nacional.
 - (E) a condenação acarretará a interdição de cargo, função ou emprego público pelo triplo do prazo da pena aplicada.
7. No que toca à composição dos danos civis nos juizados especiais criminais, possível assegurar que
- (A) não implica decadência o não oferecimento da representação na audiência preliminar, se não obtido o acordo.
 - (B) é incabível na ação penal pública incondicionada.
 - (C) é cabível apenas na ação penal privada e, se operada, conduz à absolvição.
 - (D) é cabível apenas na ação penal pública condicionada e, se operada, conduz à extinção da punibilidade pela renúncia ao direito de representação.
 - (E) conduz à extinção da punibilidade pelo perdão aceito nos crimes de ação privada.
8. No tocante às penas aplicáveis às pessoas jurídicas por crimes ambientais, é correto afirmar que
- (A) possível a suspensão parcial ou total de atividades por tempo indeterminado.
 - (B) são autônomas e substitutivas.
 - (C) a proibição de contratar com o Poder Público não poderá exceder dez anos.
 - (D) só podem ser aplicadas cumulativamente.
 - (E) a multa deverá ser aplicada em salários mínimos.
9. A pena de prestação de serviços à comunidade
- (A) pode ser cumprida pelo condenado em menor tempo, se a pena substituída for superior a seis meses e não exceder a um ano.
 - (B) pode ser aplicada independentemente do tempo de privação de liberdade a que condenado o acusado.
 - (C) não pode ser imposta como condição do *sursis* por força de vedação legal.
 - (D) não pode ser a única sanção substitutiva no caso de condenação igual ou inferior a um ano.
 - (E) não pode ser fixada como condição especial ao regime aberto.



<p>10. No concurso formal impróprio ou imperfeito,</p> <p>(A) aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.</p> <p>(B) as penas são aplicadas cumulativamente se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.</p> <p>(C) aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade, se a ação é dolosa ou culposa, independentemente de os crimes concorrentes resultarem de desígnios autônomos.</p> <p>(D) aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até dois terços, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.</p> <p>(E) as penas são aplicadas cumulativamente se a ação é dolosa ou culposa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.</p>	<p>14. Na instrução preliminar do procedimento do júri,</p> <p>(A) o Ministério Público poderá arrolar até o máximo de oito testemunhas, concluindo-se o procedimento no prazo máximo de cento e vinte dias.</p> <p>(B) não apresentada a resposta no prazo legal, o juiz considerará preclusa a oportunidade e designará audiência.</p> <p>(C) a sentença deve ser necessariamente proferida em audiência.</p> <p>(D) arguidas preliminares na defesa, sobre elas o Ministério Público deverá ser ouvido em audiência.</p> <p>(E) as exceções serão processadas em apartado.</p>
<p>11. O erro inevitável sobre a ilicitude do fato e o erro sobre elementos do tipo excluem</p> <p>(A) a punibilidade e a culpabilidade, respectivamente.</p> <p>(B) a culpabilidade em ambos os casos.</p> <p>(C) a culpabilidade e o dolo e a culpa, respectivamente.</p> <p>(D) o dolo e a culpa em ambos os casos.</p> <p>(E) a culpabilidade e o dolo, respectivamente.</p>	<p>15. Pode o Ministério Público recorrer em sentido estrito contra a decisão que</p> <p>(A) unificar penas.</p> <p>(B) desclassificar a competência do tribunal do júri para a do juízo singular.</p> <p>(C) conceder livramento condicional.</p> <p>(D) impronunciar o réu.</p> <p>(E) receber apelação intempestiva da defesa.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>12. Quanto ao interrogatório, correto afirmar:</p> <p>(A) Da decisão que determinar a sua realização por videoconferência as partes deverão ser intimadas com dez dias de antecedência.</p> <p>(B) É possível a realização por videoconferência para impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, ainda que viável a colheita do depoimento destas pelo mesmo sistema.</p> <p>(C) Deve ser efetivado na presença do defensor, dispensado o direito de entrevista prévia e reservada no caso de advogado constituído.</p> <p>(D) A ausência do ato constitui nulidade relativa, passível de preclusão se não arguida em tempo oportuno.</p> <p>(E) O réu deverá ser informado pelo juiz do seu direito de permanecer calado, bem como de que o silêncio poderá repercutir em seu desfavor.</p>	<p>16. No tocante à citação, possível afirmar que</p> <p>(A) válida a citação por edital de réu preso no mesmo Estado, embora em Comarca diversa.</p> <p>(B) o processo ficará suspenso se o acusado, citado por edital, não comparecer, embora constitua defensor.</p> <p>(C) não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.</p> <p>(D) cabe ao juiz deprecado a citação por hora certa, se o oficial de justiça certificar que o réu se oculta para não ser citado.</p> <p>(E) a requisição do réu preso supre a ausência de citação, segundo expressa previsão legal.</p>
<p>13. No procedimento comum,</p> <p>(A) incabível a rejeição da denúncia quando faltar justa causa para o exercício da ação penal, circunstância que só pode conduzir à absolvição sumária.</p> <p>(B) o acusado, na resposta, apenas poderá alegar tudo o que seja de interesse de sua defesa quanto ao mérito da acusação.</p> <p>(C) caberá a absolvição sumária quando o juiz verificar a existência manifesta de qualquer causa excludente da culpabilidade.</p> <p>(D) a parte poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, mas ao magistrado é facultado ouvi-la como testemunha do juízo.</p> <p>(E) a sentença sempre pode ser proferida por juiz diverso do que tenha presidido a instrução.</p>	<p>17. NÃO constitui entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal acerca do <i>habeas corpus</i> o seguinte enunciado:</p> <p>(A) Não cabe <i>habeas corpus</i> quando já extinta a pena privativa de liberdade.</p> <p>(B) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de <i>habeas corpus</i> impetrado contra decisão do Relator que, em <i>habeas corpus</i> requerido a tribunal superior, indefere a liminar.</p> <p>(C) Não cabe <i>habeas corpus</i> contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.</p> <p>(D) É nulo o julgamento de recurso criminal na segunda instância sem prévia intimação ou publicação da pauta, inclusive em <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(E) O assistente do Ministério Público não pode recorrer extraordinariamente de decisão concessiva de <i>habeas corpus</i>.</p>



18. No julgamento de recurso exclusivo da defesa, cabível a
- (A) *mutatio libelli*, podendo a pena ser agravada.
 - (B) *emendatio libelli*, podendo a pena ser agravada.
 - (C) *mutatio libelli*, não podendo, porém, ser agravada a pena.
 - (D) *reformatio in pejus* indireta.
 - (E) *emendatio libelli*, não podendo, porém, ser agravada a pena.

19. NÃO cabe a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, ainda que o agente seja
- (A) semi-imputável, assim declarado por regular perícia, que tenha praticado crime com violência ou grave ameaça.
 - (B) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
 - (C) extremamente debilitado por motivo de doença grave.
 - (D) gestante a partir do 7^o (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.
 - (E) maior de 80 (oitenta) anos.

20. No procedimento dos juzados especiais criminais, contra a decisão que rejeita a denúncia cabível
- (A) apelação, no prazo de cinco dias, a ser julgada por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
 - (B) apelação, no prazo de dez dias, a ser julgada por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
 - (C) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça.
 - (D) apelação, no prazo de cinco dias, a ser julgada pelo Tribunal de Justiça.
 - (E) recurso em sentido estrito, no prazo de dez dias, a ser julgado por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

21. A restituição de coisas apreendidas
- (A) poderá ser ordenada pela autoridade policial, se encontradas em poder de terceiro de boa-fé e não houver dúvida quanto ao seu direito.
 - (B) só pode ser ordenada pelo juiz, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamado.
 - (C) não pode ocorrer antes do trânsito em julgado enquanto interessarem ao processo.
 - (D) dispensa a prévia manifestação do Ministério Público no respectivo incidente.
 - (E) será decidida pelo juiz criminal no incidente próprio, se houver dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono.

Direito de Execução Penal

22. Quanto à remição, correto afirmar que
- (A) o juiz, em caso de falta grave, pode revogar até metade do tempo remido.
 - (B) cabível pelo estudo apenas na forma presencial.
 - (C) aplicável ao preso provisório.
 - (D) o tempo remido não será computado como pena cumprida.
 - (E) incabível pelo estudo para o condenado que usufrua de liberdade condicional.

23. No tocante às autorizações de saída, pode-se assegurar que
- (A) a autorização de saída temporária será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvida unicamente a administração penitenciária.
 - (B) apenas os condenados que cumprem pena no regime fechado poderão obter permissão para sair do estabelecimento em virtude de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.
 - (C) indevida a determinação de utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado durante saída temporária, possível apenas como medida cautelar diversa da prisão.
 - (D) apenas os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visita à família.
 - (E) os presos provisórios não poderão obter permissão de saída do estabelecimento.

Medicina Legal

24. Criança do sexo masculino, 4 anos de idade, portador de Doença de Crohn, filho de pais divorciados, passou dois dias com o pai biológico. Ao retornar para a casa da mãe, a mesma percebeu que a criança apresentava vermelhidão na região anal e levou a criança para registrar boletim de ocorrência no mesmo dia. O exame realizado no Instituto Médico Legal, após seis horas do registro da ocorrência, constatou que a criança apresentava hiperemia entre os glúteos, fissura única localizada na linha média posterior do ânus e dilatação do esfíncter anal, sendo visualizado material fecal de consistência pastosa no orifício anal. Também foram constatadas duas equimoses amareladas na face anterior da perna direita. A pesquisa de espermatozoide no canal retal resultou negativa. Frente ao caso, conclui-se que
- (A) a presença de fissura única na localização referida relaciona-se com a ocorrência de trauma por instrumento contundente na região anal.
 - (B) o caso deve ser considerado como estupro de vulnerável.
 - (C) a criança foi vítima de maus tratos pelo pai, visto que apresentava lesões em ânus e na perna.
 - (D) ocorreu crime de atentado violento ao pudor, uma vez que há dilatação do esfíncter anal.
 - (E) não é possível afirmar que ocorreu crime contra a liberdade sexual.



25. Homem, 47 anos de idade, portador de cirrose hepática e varizes de esôfago de grosso calibre, queixou-se para sua esposa de dores abdominais e apresentou vômitos com sangue em grande quantidade, falecendo após poucos minutos na sua própria residência, antes mesmo de receber atendimento médico. A esposa do *de cujus* acionou o médico da família, que atendia seu marido há cinco anos, sendo fornecida a declaração de óbito com *causa mortis*: "choque hipovolêmico; rotura de varizes esofágicas; hipertensão portal; cirrose hepática". Em relação ao presente caso, afirma-se

- (A) a morte deve ser considerada como acidental, já que ocorreu de forma inesperada e brusca em homem com idade inferior a 50 anos.
- (B) a morte deve ser considerada como súbita e natural, visto que o falecimento ocorreu apenas alguns minutos após o início dos sintomas e pode ser explicado pelas doenças que o homem possuía.
- (C) a morte deve ser considerada como suspeita, pois constatou-se sangue no local de encontro do cadáver. Assim, o médico agiu de forma incorreta, pois o corpo deveria ter sido encaminhado ao Instituto Médico Legal.
- (D) o mecanismo de morte foi agônico e traumático, visto que o *de cujus* apresentou vômitos com sangue e a cena foi presenciada somente pela esposa.
- (E) o corpo deveria ter sido encaminhado para o Serviço de Verificação de Óbitos, já que se trata de morte mediata e agônica, além de ter ocorrido em ambiente extra-hospitalar.

26. Os ferimentos por projétil de arma de fogo apresentam

- (A) orlas e halos que determinam com exatidão a distância do tiro. Desta forma, os tiros de prova com a arma suspeita e a munição idêntica à utilizada originalmente não precisam ser realizados.
- (B) orla de escoriação e orla de enxugo no orifício de entrada de projétil de arma de fogo, mesmo em tiros dados com a boca da arma encostada à pele.
- (C) zona de queimadura nos orifícios de entrada de projétil de arma de fogo disparado à queima-roupa.
- (D) orla de tatuagem nos orifícios de entrada de projétil de arma de fogo quando ocorre pressão da boca da arma na pele.
- (E) os elementos necessários à averiguação criminal, pois mesmo o uso de roupa de textura grossa não é capaz de modificar o aspecto da ferida de entrada de projétil de arma de fogo na pele.

27. Nos casos em que atuar, o Promotor de Justiça poderá

- (A) avaliar documentos médico-legais, quer sejam: notificações, atestados, relatórios e pareceres.
- (B) solicitar parecer-médico legal, documento em que o médico perito não deverá expor suas convicções científicas e doutrinárias.
- (C) analisar se o laudo médico-legal foi corretamente ditado ao escrivão de polícia.
- (D) apreciar se o relatório médico-legal apresenta a descrição correta, visto que a mesma deve conter revisão de literatura metódica, minuciosa e objetiva.
- (E) verificar no preâmbulo do relatório médico-legal se existe a análise sumária daquilo que os peritos puderam concluir após exame minucioso.

GRUPO TEMÁTICO II

Direito Civil

28. Publicada uma lei considerada de ordem pública, se, durante o período de sua *vacatio*, realizar-se negócio jurídico que por ela foi proibido, ele será

- (A) inexistente, por contrariar a ordem pública.
- (B) anulável, por configurar dolo bilateral.
- (C) nulo, por fraudar lei imperativa.
- (D) válido, porque a lei nova ainda não está em vigor.
- (E) ineficaz, por caracterizar abuso do direito.

29. Sobre loteamento, considerando-se a legislação federal que o rege, é correto afirmar:

- (A) Ao longo das águas correntes e dormentes e de faixa de domínio público das rodovias e ferrovias, em nenhuma hipótese será permitida a realização de loteamento, salvo autorização da legislação municipal.
- (B) As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situe.
- (C) As áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão sempre proporcionais à área de loteamento, independentemente de qualquer consideração a respeito da densidade ocupacional projetada.
- (D) É permitida a promessa de venda de parcela de loteamento ou desmembramento não registrado, mas é vedada a efetivação da venda, enquanto não for registrado.
- (E) Os lotes terão área mínima de 100 m² (cem metros quadrados) e frente mínima de 5 m (cinco metros), vedada à legislação estadual ou municipal determinar maiores ou menores exigências, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social.

30. Considere as seguintes ações: (I) de decretação de nulidade de casamento; (II) de revogação de doação por ingratidão; (III) de investigação de paternidade; (IV) renovatória de contrato de locação; (V) de repetição de indébito e (VI) de ressarcimento por enriquecimento sem causa. As ações

- (A) III e VI são imprescritíveis; II e V sujeitas a prescrição; I e IV sujeitas a decadência.
- (B) I e III são imprescritíveis; V e VI sujeitas a prescrição; II e IV sujeitas a decadência.
- (C) I e II são imprescritíveis; IV e V sujeitas a prescrição; III e VI sujeitas a decadência.
- (D) I e III são imprescritíveis; II e IV sujeitas a prescrição; V e VI sujeitas a decadência.
- (E) V e VI são imprescritíveis; III e IV sujeitas a prescrição; I e II sujeitas a decadência.



31. Considere as seguintes entidades sem fins lucrativos:

- I. Sindicatos e associações de classe ou de representação de categoria profissional.
- II. Pessoas jurídicas com finalidade de experimentação não lucrativa de novos modelos socioproductivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.
- III. Organizações sociais.
- IV. Pessoas jurídicas de direito privado com finalidades de promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesses implementares.
- V. Instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos ou cultos.

Podem qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP

- (A) II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) III e V.
- (E) II e III.

32. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá

- (A) necessariamente em reparação por dano moral, que é presumido, sendo a indenização tarifada em lei, não podendo o Juiz arbitrá-la.
- (B) na reparação de dano que o ofendido conseguir provar e não se admite, em nenhuma hipótese, presunção de dano moral.
- (C) em reparação exclusivamente moral, cabendo ao Juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, conforme a gravidade da ofensa.
- (D) em reparação exclusivamente material, não sendo admissível sua cumulação com reparação por dano moral.
- (E) na reparação de dano que delas resulte ao ofendido e, se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao Juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

33. Sobre a transação, considere as seguintes afirmações:

- I. Dada a evicção da coisa renunciada por um dos transigentes, ou por ele transferida à outra parte, revive a obrigação extinta pela transação.
- II. Sendo nula qualquer das cláusulas da transação, nula será esta.
- III. A transação poderá ser anulada por dolo, coação, erro quanto à pessoa ou coisa controversa, bem como por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.
- IV. A transação interpreta-se restritivamente, e por ela não se transmitem, apenas se declaram ou reconhecem direitos.
- V. Não se admite na transação pena convencional, mas apenas multa moratória.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I e V.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e V.

34. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha,

- (A) e esse direito prevalece, mesmo quando as interferências forem de interesse público, exceto se houver previa e justa indenização pelo Poder Público, porque configurada parcial desapropriação indireta.
- (B) entretanto esse direito não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público, cabendo ao vizinho reclamar indenização apenas do Poder Público que autorizou as obras ou instalações que produzem as interferências.
- (C) entretanto esse direito não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público, independentemente de qualquer indenização.
- (D) entretanto esse direito não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público, caso em que o proprietário ou o possuidor, causador delas, pagará ao vizinho indenização cabal.
- (E) e esse direito prevalece mesmo quando as interferências forem de interesse público, porque o direito de propriedade é garantido na Constituição Federal.

35. João, casado com Maria, sob regime da comunhão parcial de bens e Pedro, casado com Antonia, sob o regime da comunhão universal de bens, fizeram aposta em loteria, sendo contemplados os varões apostadores com grande soma em dinheiro. Em seguida, ambos resolveram divorciar-se de suas esposas. Neste caso e para fins de partilha de bens, pode-se afirmar:

- (A) Maria participará do que João ganhou, por serem casados sob o regime da comunhão parcial de bens, mas Antonia só participará do que Pedro ganhou, se houver pacto antenupcial, pois a lei não submete essa hipótese à comunhão de aquestos.
- (B) Somente Maria participará a título de meação do que o cônjuge ganhou.
- (C) Somente Antonia participará a título de meação do que o cônjuge ganhou.
- (D) Maria e Antonia não participarão a título de meação do que eles ganharam.
- (E) Maria e Antonia participarão a título de meação do que eles ganharam.

36. Roberto e Renata, casados sob o regime da comunhão universal de bens faleceram, em acidente aéreo, sem que se pudesse estabelecer quem morreu primeiro, e não deixaram testamento. Não tinham descendentes nem ascendentes, mas Roberto deixou um tio paterno (José) e um sobrinho (João), filho de uma irmã pré-morta. Renata deixou um irmão (Joaquim) e dois sobrinhos (Romeu e Beatriz), filhos de outro irmão pré-morto. Nesse caso, a herança de

- (A) Roberto será atribuída integralmente a João e a herança de Renata será partilhada à razão de 50% para Joaquim, 25% para Romeu e 25% para Beatriz.
- (B) Roberto e a herança de Renata serão partilhadas em proporções iguais entre José, João, Joaquim, Romeu e Beatriz.
- (C) Roberto será atribuída integralmente a José e a herança de Renata será partilhada à razão de 50% para Joaquim, 25% para Romeu e 25% para Beatriz.
- (D) Roberto será partilhada igualmente entre João e José e a herança de Renata será partilhada em 1/3 para Joaquim, 1/3 para Romeu e 1/3 para Beatriz.
- (E) Roberto será partilhada igualmente entre João e José e a herança de Renata será partilhada em 50% para Joaquim, 25% para Romeu e 25% para Beatriz.



37. A artista "X", que se apresenta totalmente nua frequentemente em casas noturnas, constatou que seus vizinhos sorrateiramente a espionavam, fotografavam e filmavam despida, no interior de sua residência, divulgando o material em redes sociais. Nesse caso ela
- (A) poderá requerer judicialmente indenização por danos materiais e morais, mas não poderá formular pretensão em Juízo para impedir ou fazer cessar esses atos praticados pelos vizinhos.
- (B) poderá requerer ao Juiz competente providências para impedir e fazer cessar esses atos.
- (C) nada poderá pleitear judicialmente para coibir esses atos em virtude das atividades profissionais que exerce.
- (D) não poderá requerer providências para impedir esses atos, entretanto terá direito a um pagamento pela divulgação nas redes sociais, cujo valor será arbitrado pelo Juiz.
- (E) só poderá impedir esses atos quando deixar de exercer atividades artísticas em que se apresente nua.

38. A respeito do registro civil, é correto afirmar:
- (A) Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo seus portadores, salvo autorização do Ministério Público, dada a colidência de interesses dos pais com os do filho menor.
- (B) Somente o pai ou a mãe podem fazer a declaração de nascimento, para fins de registro civil.
- (C) O nascimento que ocorrer no território nacional só poderá ser dado a registro no lugar em que tiver ocorrido o parto.
- (D) No caso de a criança morrer na ocasião do parto, mesmo que tenha respirado, não se fará o assento de nascimento, mas apenas o de óbito, com os elementos que couberem.
- (E) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

Direito Comercial

39. Analise as seguintes proposições acerca da participação do Ministério Público na falência e na recuperação judicial:
- I. Na falência, qualquer que seja a modalidade de alienação do ativo do devedor, o Ministério Público deverá ser intimado pessoalmente, sob pena de nulidade.
- II. O Ministério Público pode apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores elaborada pelo Administrador Judicial, mas não tem legitimidade para pedir a retificação de quaisquer créditos após a formação do quadro-geral de credores.
- III. Contra o ato judicial que decretar a recuperação judicial caberá agravo, que poderá ser interposto por qualquer credor e pelo Ministério Público.
- IV. O Promotor de Justiça tem direito de voz nas deliberações da assembleia-geral de credores, mas não tem direito de voto.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

40. Acerca dos processos de falência e de recuperação judicial, é correto afirmar:
- (A) Tanto na falência quanto na recuperação judicial, o juiz poderá nomear pessoa jurídica especializada para o exercício das funções de Administrador Judicial, não sendo obrigatória a nomeação de pessoal natural para o cargo.
- (B) O Administrador Judicial poderá ser destituído por deliberação da Assembleia-Geral de Credores, desde que obtida maioria em todas as classes de credores.
- (C) Destituído o Administrador Judicial, compete ao Ministério Público o exercício das suas atribuições até a nomeação do substituto.
- (D) O Administrador Judicial substituído sempre será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, mesmo se renunciar injustificadamente ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das suas obrigações.
- (E) Na falência, o Administrador Judicial não poderá, sem autorização judicial, transigir sobre obrigações e direitos da massa falida e conceder abatimento de dívidas, salvo se estas forem consideradas de difícil recebimento.

41. Sobre Sociedade Anônima, é correto afirmar:
- (A) A emissão pública de valores mobiliários dispensa registro prévio na Comissão de Valores Mobiliários, desde que seja publicada, com 30 (trinta) dias de antecedência, no Diário Oficial do Estado no qual sediada a companhia.
- (B) O voto é direito essencial do acionista, pois é vedada a emissão de ações sem direito de voto.
- (C) A responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, mas todos os sócios responderão solidariamente pela integralização do capital social.
- (D) A sociedade anônima poderá ser simples ou empresária, dependendo do objeto definido no seu estatuto social. No segundo caso, seu ato constitutivo deverá ser arquivado na Junta Comercial.
- (E) É permitida a constituição de sociedade anônima tendo como único acionista sociedade brasileira.

42. Em relação à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, é correto afirmar:
- (A) Sua constituição e funcionamento, independentemente do objeto, dependem de prévia autorização da Junta Comercial.
- (B) O seu capital social não poderá ser superior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (C) Tem natureza jurídica de sociedade limitada unipessoal, de sorte que o seu nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "Ltda." após a firma ou a denominação social.
- (D) A mesma pessoa natural não poderá, simultaneamente, ser titular de mais de uma empresa individual de responsabilidade limitada, ainda que seja capaz de integralizar o capital de todas elas.
- (E) Tem personalidade jurídica própria, que não se confunde com a do seu titular e se adquire com a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).



<p>43. Considerando a disciplina legal da propriedade industrial, é correto afirmar:</p> <p>(A) A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da data do depósito. Todavia, o prazo de vigência da patente não poderá ser inferior a 10 (dez) anos contados da data da sua concessão, ressalvada a hipótese de o INPI ter ficado impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.</p> <p>(B) É patenteável a invenção que atender aos requisitos de novidade e atividade inventiva, ainda que não possua aplicação industrial.</p> <p>(C) Os sucessores do coautor da invenção têm legitimidade para requerer a patente, mas desde que obtenham anuência prévia dos demais coautores, já que a patente das invenções feitas conjuntamente por duas ou mais pessoas deve ser requerida por todos os autores da invenção.</p> <p>(D) Se mais de uma pessoa realizar a mesma invenção de forma independente, o direito de obter a patente será assegurado àquele que comprovar que sua invenção é mais antiga, sendo irrelevante para esse fim a data do depósito da invenção no INPI.</p> <p>(E) Para ser considerada dotada de atividade inventiva, basta que a invenção não esteja compreendida no estado da técnica, ainda que dela decorra de forma evidente.</p>	<p>46. Na execução de título extrajudicial, contra devedor solvente,</p> <p>(A) se o devedor não for encontrado, o oficial de justiça procederá à busca e apreensão de seus bens, tantos quantos bastem para garantir a execução.</p> <p>(B) se o débito for pago em três dias, ficará o executado isento do pagamento da verba honorária do advogado do exequente.</p> <p>(C) o executado será citado para, em 24 horas, efetuar o pagamento da dívida ou nomear bens a penhora.</p> <p>(D) não efetuado o pagamento, caberá ao credor requerer a penhora em bens do devedor, para que só então possa ser procedido ao ato de constrição pelo oficial de justiça.</p> <p>(E) o credor poderá, na inicial, indicar bens do devedor a serem penhorados.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>44. Em relação ao litisconsórcio, é correto afirmar:</p> <p>(A) Para que se forme um litisconsórcio é obrigatório que as relações jurídicas entre as partes sejam unas e indivisíveis.</p> <p>(B) Poderá haver a limitação quanto ao número de litigantes, se o litisconsórcio for facultativo e o número de litigantes for tal que comprometa a rápida solução do litígio ou dificulte a defesa.</p> <p>(C) Como regra geral, a conduta comissiva ou omissiva de um litisconsorte poderá prejudicar ou beneficiar os outros litisconsortes.</p> <p>(D) Uma consequência necessária de qualquer litisconsórcio é a decisão da lide, pelo juiz, de modo uniforme para todas as partes.</p> <p>(E) Quando o litisconsórcio é necessário por força de lei, será sempre unitário.</p>	<p>47. Em relação às medidas cautelares,</p> <p>(A) a busca e apreensão é restrita a coisas e é sempre dependente de justificação prévia.</p> <p>(B) o arresto tem lugar em caso de inadimplência do devedor, pura e simples, servindo como garantia de futura penhora de bens.</p> <p>(C) concedidas em procedimentos preparatórios ou incidentais, como regra caberá à parte propor a ação principal, no prazo de trinta dias, contados da data da intimação à parte requerida da efetivação da medida cautelar.</p> <p>(D) as inominadas são concedidas, em razão do poder geral de cautela do juiz, como medidas provisórias, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.</p> <p>(E) o sequestro refere-se genericamente ao patrimônio do devedor, bem como a frutos e rendimentos de imóvel, após condenação por sentença transitada em julgado e desde que haja perigo de sua ruína ou deterioração.</p>
<p>45. Em relação aos recursos,</p> <p>(A) o recurso adesivo, uma vez recebido, passa a ter existência autônoma em relação ao recurso principal, sendo julgado ainda que deste se desista.</p> <p>(B) em regra, o recurso especial é dotado de efeito devolutivo e suspensivo, excepcionalmente podendo ser recebido somente no efeito devolutivo.</p> <p>(C) a apelação é dotada de efeito translativo, permitindo ao tribunal conhecer de ofício das matérias de ordem pública, ainda que não suscitadas por quem apela.</p> <p>(D) os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.</p> <p>(E) o Ministério Público tem legitimidade, para recorrer, restrita aos casos em que funciona como parte.</p>	<p>48. No tocante aos testamentos, examine os enunciados seguintes:</p> <p>I. Ao receber testamento cerrado, o juiz, após verificar se está intacto, abri-lo-á e mandará que o escrivão o leia em presença de quem o entregou.</p> <p>II. Quando o testamento for público, é privativo dos herdeiros indigitados, exibindo o traslado ou certidão, requerer ao juiz que ordene o seu cumprimento.</p> <p>III. Para confirmação do testamento particular, devem reconhecê-lo como autêntico pelo menos três testemunhas contestes, caso em que o juiz, ouvido o Ministério Público, procederá à confirmação.</p> <p>São corretos APENAS</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I.</p>



<p>49. No tocante à curatela dos interditos</p> <p>(A) o levantamento da interdição só poderá ser requerido pelo Ministério Público ou pelo curador à lide que represente o interdito.</p> <p>(B) o Ministério Público só poderá propor a ação de interdição no caso de anomalia psíquica do interditando.</p> <p>(C) o juiz nomeará curador à lide ao interditando, quando a interdição for requerida pelo Ministério Público.</p> <p>(D) se já representado o interditando pelo Ministério Público ou pelo curador à lide, não poderá o interditando constituir advogado para defender-se.</p> <p>(E) a sentença de interdição produz efeito após seu trânsito em julgado.</p>	<p>52. No tocante às ações possessórias, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de decair da ação, responder por perdas e danos, o juiz assinar-lhe-á o prazo de 5 (cinco) dias para requerer caução sob pena de ser depositada a coisa litigiosa.</p> <p>(B) É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.</p> <p>(C) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.</p> <p>(D) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos, a cominação de pena para caso de nova turbação ou esbulho, bem como o desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.</p> <p>(E) Na pendência do processo possessório, é permitido, tanto ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio.</p>
<p>50. Em relação ao mandado de segurança, de acordo com a lei que o rege,</p> <p>(A) a sentença que o conceder sempre poderá ser executada provisoriamente.</p> <p>(B) não será ele concedido quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.</p> <p>(C) não será ele concedido quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso próprio, com ou sem efeito suspensivo.</p> <p>(D) será ele cabível contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.</p> <p>(E) quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, deverão elas impetrá-lo atuando em litisconsórcio necessário ativo.</p>	<p>53. Considere os itens abaixo.</p> <p>I. Interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.</p> <p>II. Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.</p> <p>III. Interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.</p> <p>Para fins da defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores por parte do Ministério Público, a atuação ministerial ocorrerá efetivamente em</p> <p>(A) I e II somente como autor da ação, e em III, somente como fiscal da lei.</p> <p>(B) I, II e III, como autor ou fiscal da lei.</p> <p>(C) I e II, como fiscal da lei, e em III, somente como autor.</p> <p>(D) somente I e III, como autor ou fiscal da lei.</p> <p>(E) somente II e III, como autor ou fiscal da lei.</p>
<p>51. Quanto às ações civis públicas, examine os enunciados seguintes:</p> <p>I. Poderão ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.</p> <p>II. Para o atingimento de seus fins, poderá ser ajuizada ação cautelar, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.</p> <p>III. São partes legitimadas para propô-las, exclusivamente, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as pessoas jurídicas de direito público interno.</p> <p>IV. Serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.</p> <p>V. O Ministério Público, se nelas não intervier como parte, atuará facultativamente como fiscal da lei.</p> <p>Estão corretos APENAS os enunciados</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) II, III, IV e V.</p> <p>(C) I, II, III e V.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	

**GRUPO TEMÁTICO III****Direito Constitucional**

Atenção: Considere o relato a seguir para responder às questões de números 54 e 55.

Em 24 de abril do ano em curso, foi publicada no Diário Oficial a Súmula Vinculante nº 33, do Supremo Tribunal Federal, aprovada em sessão do dia 9 do mesmo mês, com o seguinte teor: "Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica". O dispositivo constitucional referido na súmula vinculante em questão estabelece que "é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores (...) cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física".

54. Determinado servidor público da Administração direta federal, que exerce sua atividade sob condição especial que lhe prejudica a saúde, requer que lhe seja concedida a aposentadoria especial, em conformidade com as regras do regime geral da previdência social, no que couber, pedido que, no entanto, lhe é negado, administrativamente, sob o fundamento de não ter sido editada a lei complementar que deverá regulamentar a matéria, relativamente aos servidores públicos. Nesta hipótese, a fim de ver atendida sua pretensão, poderá o interessado valer-se, judicialmente, de

- (A) ação popular, perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) reclamação, perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) mandado de segurança, perante a Justiça do Trabalho.
- (D) mandado de injunção, perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (E) ação direta de inconstitucionalidade por omissão, perante o Supremo Tribunal Federal.

55. À luz da disciplina constitucional da matéria, a Súmula Vinculante nº 33

- I. deve ter sido aprovada por, no mínimo, seis Ministros do Supremo Tribunal Federal, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional de que cuida.
- II. possui, desde 24 de abril, efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- III. poderá ser revista ou cancelada, a qualquer momento, pelo Supremo Tribunal Federal, mediante provocação do Presidente da República.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

56. Tendo os Municípios situados na região serrana de determinado Estado da federação sido atingidos por dias seguidos de chuvas torrenciais, que provocaram destruição e perdas de grandes proporções para a população local, o Presidente da República decreta estado de defesa, a vigorar por 30 dias nas localidades em questão, determinando, entre outras medidas, restrições ao direito de reunião, inclusive se exercida no seio das associações, e a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, prevendo a responsabilidade da União pelos danos e custos decorrentes. Nesta hipótese, a decretação do estado de defesa

- (A) não poderia ter estabelecido a responsabilidade da União por danos e custos decorrentes da ocupação e uso temporário de bens, diante da ausência de previsão constitucional a esse respeito.
- (B) não poderia ter instituído restrições à liberdade de reunião, exercida no seio das associações, por se tratar de medida admitida apenas na hipótese de estado de sítio.
- (C) deveria ter sido precedida de autorização do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (D) é incompatível com a disciplina constitucional da matéria, no que se refere à duração e abrangência do estado de exceção.
- (E) é compatível com a disciplina constitucional da matéria, no que se refere aos fatos que a ensejaram, à duração e abrangência do estado de exceção, bem como às medidas restritivas determinadas.

57. A decretação de intervenção federal dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na situação em que

- (A) o Estado criar, organizar ou suprimir Distritos, no âmbito de Municípios situados em seu território.
- (B) houver necessidade de assegurar a execução de decisões da Justiça do Trabalho ou da Justiça Militar, descumpridas voluntária e intencionalmente por Estado-membro da federação.
- (C) o Estado ou Município não houver aplicado, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (D) houver retenção, pelo Estado, de parte da parcela do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pertencente aos Municípios.
- (E) o Estado, com vistas à reorganização de suas finanças, suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.

58. Em conformidade com a disciplina constitucional das limitações ao poder de tributar,

- (A) lei estadual que isenta os membros do Ministério Público do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias, taxas ou emolumentos não ofende o princípio da isonomia, justificando-se o tratamento tributário diferenciado em decorrência da natureza da função exercida pela instituição.
- (B) o princípio da vedação do confisco tem sua aplicação restrita à instituição e majoração de tributos, não incidindo como limite à instituição de multas pelo descumprimento de obrigação tributária.
- (C) a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública federal que presta serviços postais, está abrangida pela imunidade recíproca, exceto no que se refere às atividades exercidas em concorrência com a iniciativa privada.
- (D) a imunidade relativa a fonogramas musicais produzidos no Brasil, bem como aos suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, não se aplica à etapa de replicação industrial de mídias óticas de leitura a laser.
- (E) a anterioridade nonagesimal não se aplica ao imposto sobre produtos industrializados, nem ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, de competência da União.



59. Em abril deste ano, foi apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição (PEC), subscrita por 194 dos 513 membros da Casa legislativa, que pretende alterar dispositivos constitucionais referentes às carreiras da magistratura e do Ministério Público, prevendo que, em ambas, o ingresso se dê mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, "exigindo-se do bacharel em Direito, cumulativamente, no mínimo, trinta anos de idade e três anos de atividade jurídica, contados após a conclusão do curso de graduação e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação". Neste caso, referida PEC, se aprovada e promulgada,
- (A) modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso em ambas carreiras, no que se refere à exigência de idade mínima e à explicitação de que o exercício da atividade jurídica se dê após a conclusão do curso.
- (B) padecerá de inconstitucionalidade formal, por não atingir o patamar mínimo de assinaturas exigidas.
- (C) padecerá de inconstitucionalidade formal, por violar iniciativa reservada aos Tribunais superiores e ao Procurador-Geral da República.
- (D) modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso na carreira da magistratura, aumentando de dois para três anos a exigência de exercício de prévia atividade jurídica.
- (E) modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso na carreira do Ministério Público, no que se refere à participação da Ordem dos Advogados do Brasil no concurso respectivo.
60. Possui eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual
- (A) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (C) o servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- (D) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (E) é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o direito a décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
61. Nos termos da Constituição da República, a função social da propriedade
- I. é princípio que informa a ordem econômica, ao lado de outros, como a soberania nacional, a busca do pleno emprego e a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- II. é cumprida pela propriedade urbana quando esta atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, que, na qualidade de instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- III. deixa de ser cumprida pela propriedade rural que não atende, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, a qualquer dos requisitos estabelecidos em nível constitucional, dentre os quais estão a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- IV. enseja, se descumprida, a desapropriação tanto do imóvel urbano, quanto rural, com pagamento mediante títulos da dívida pública, e emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez ou vinte anos, conforme se trate de imóvel urbano ou rural, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.
62. No curso de investigações referentes a supostas irregularidades na execução orçamentária, praticadas por um grupo de servidores de determinado órgão da Administração direta federal, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instaurada no Senado Federal, determina a adoção das seguintes providências: intimação do Ministro responsável pelo órgão, para comparecimento, na qualidade de testemunha, sob pena de condução coercitiva; quebra do sigilo fiscal, bancário e de registros telefônicos dos servidores investigados; busca e apreensão de documentos extraídos de processos administrativos e sob a guarda dos indiciados, em suas residências. Nesta hipótese, teria a CPI excedido de seus poderes ao determinar a realização de
- (A) intimação do Ministro responsável pelo órgão, para comparecimento, na qualidade de testemunha, sob pena de condução coercitiva, bem como quebra do sigilo fiscal, bancário e de registros telefônicos dos servidores investigados, além de busca e apreensão de documentos extraídos de processos administrativos e sob a guarda dos indiciados, em suas residências.
- (B) intimação do Ministro responsável pelo órgão, para comparecimento, na qualidade de testemunha, sob pena de condução coercitiva, apenas.
- (C) quebra do sigilo fiscal, bancário e de registros telefônicos dos servidores investigados, apenas.
- (D) busca e apreensão de documentos extraídos de processos administrativos e sob a guarda dos indiciados, em suas residências, apenas.
- (E) quebra do sigilo fiscal, bancário e de registros telefônicos dos servidores investigados, bem como busca e apreensão de documentos extraídos de processos administrativos e sob a guarda dos indiciados, em suas residências.



63. Renomado advogado, brasileiro naturalizado, com 36 anos de idade e 12 de exercício profissional, pretende exercer cargo público, ao qual possa aceder por intermédio de eleição ou nomeação, independentemente de concurso público. Seu interesse recai sobre os cargos de Presidente da República, Senador, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça ou Ministro do Tribunal de Contas da União. Em tese, preenchidas as demais condições pertinentes a cada cargo considerado, poderá o interessado vir a ser apenas
- (A) Senador.
 - (B) Presidente da República ou Senador.
 - (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça ou Ministro do Tribunal de Contas da União.
 - (D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça ou Ministro do Tribunal de Contas da União.
 - (E) Senador, Ministro do Superior Tribunal de Justiça ou Ministro do Tribunal de Contas da União.

Direito Tributário

64. O Presidente da República, através de Decreto, elevou a alíquota do IPI incidente sobre carro zero. É correto afirmar que este ato
- (A) é legal, porque somente a lei pode prever a possibilidade de majoração de alíquota por ato do Poder Executivo.
 - (B) é inconstitucional, porque esta majoração sempre depende de lei, não podendo ser praticado por ato do Poder Executivo que não tenha força de lei.
 - (C) é ilegal, porque para se elevar a alíquota do IPI é necessário lei ou, pelo menos, medida provisória.
 - (D) é constitucional, desde que esta elevação de alíquota tenha ocorrido dentro de condições e limites estabelecidos em lei.
 - (E) é constitucional, pois a Constituição autoriza majoração do IPI por ato do Poder Executivo, sem necessidade de se observar qualquer limite ou condição legal.

65. Diante de pagamento indevido feito por contribuinte em tributo sujeito a lançamento por homologação, analise os itens a seguir:
- I. Terá direito à repetição do indébito o contribuinte que anular decisão administrativa cujo teor é o entendimento pelo pagamento do tributo. Neste caso, o prazo para repetição será de 2 anos a contar da decisão.
 - II. O prazo para propositura da ação para repetição de indébito começa a ser computado a partir da data do pagamento indevido e não da homologação, expressa ou tácita.
 - III. A procedência da ação para repetição do indébito, condenando o Fisco a restituir, resolve-se sempre através da compensação, salvo se o contribuinte não tem débito para com a Fazenda Pública.
 - IV. A restituição do tributo dá lugar, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, com as ressalvas legais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.

66. Sobre os ilícitos tributários, é correto afirmar que
- (A) a alteração de nota fiscal relativa à operação tributável é crime de mera conduta, não sendo necessário o resultado, qual seja, supressão ou redução de tributo para restar consumado.
 - (B) a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, salvo disposição de lei em contrário.
 - (C) não se admite responsabilidade por infrações à legislação tributária sem que o agente tenha praticado o ato dolosamente.
 - (D) mesmo sem o pagamento do tributo, a denúncia espontânea da infração tem como correlato no Direito Penal a desistência voluntária, sendo causa de extinção do crédito tributário.
 - (E) a denúncia espontânea da infração importa no perdão da penalidade, do juros de mora e da correção monetária.

67. O arrolamento fiscal de bens

- (A) não alcança os bens do cônjuge do sujeito passivo pessoa física, salvo se gravados com cláusula de incomunicabilidade.
- (B) é uma medida cautelar fiscal, que tem por finalidade tornar indisponíveis os bens do contribuinte ou responsável que tenha dívidas superiores a 30% do seu patrimônio conhecido.
- (C) é medida cautelar prevista especificamente no Código de Processo Civil e tem por finalidade arrolar os bens do contribuinte ou responsável como forma de impedir que o mesmo dilapide seu patrimônio após instaurada ação fiscal.
- (D) é ato determinado de ofício pelo juiz, em sede de Execução Fiscal, quando reconhece a existência de fraude à execução, relativamente aos bens que foram alienados em fraude.
- (E) é procedimento administrativo adotado por autoridade fiscal competente sempre que o valor do crédito tributário seja superior a R\$ 500.000,00 e corresponda a mais de 30% do patrimônio conhecido do sujeito passivo.

68. Após inúmeras tentativas de localizar bens do executado em sede de Execução Fiscal, foi determinada a suspensão do curso da execução. Após 1 ano sem que fosse localizado algum bem penhorável, o juiz ordenou o arquivamento dos autos. Durante 8 anos a Fazenda Pública diligenciou no sentido de tentar localizar bens penhoráveis, mas sua busca restou infrutífera. Neste caso, é correto afirmar que deverá ser
- (A) determinado que se extraia uma certidão da Execução Fiscal para protesto extrajudicial da dívida exequenda, como forma coercitiva de pagamento da dívida.
 - (B) feito o arrolamento fiscal de bens do executado, como forma de garantir a Execução Fiscal, devendo ser penhorados tantos bens quantos sejam necessários, inclusive reconhecendo fraude à execução de bens já alienados.
 - (C) de ofício pelo juiz, reconhecida a prescrição intercorrente e decretada de imediato, depois de ouvida a Fazenda Pública, salvo hipótese de dispensa em razão do valor da dívida, por já ter decorrido o prazo prescricional, contado a partir da decisão que ordenou o arquivamento.
 - (D) decretada a indisponibilidade de bens e direitos do executado, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens.
 - (E) determinado o desarquivamento da Execução Fiscal para que a Fazenda Pública diligencie no sentido de buscar outras formas de garantir a execução, como fiança bancária ou depósito do montante integral.



Direito Administrativo

69. Em sua formação, o Direito Administrativo brasileiro recebeu a influência da experiência doutrinária, legislativa e jurisprudencial de vários países, destacando-se especialmente a França, considerada como berço da disciplina. No rol de contribuições do Direito Administrativo francês à prática atual do Direito Administrativo no Brasil, NÃO é correto incluir

- (A) a adoção de teorias publicísticas em matéria de responsabilidade extracontratual das entidades estatais.
- (B) a adoção do interesse público como eixo da atividade administrativa.
- (C) a ideia de exorbitância em relação ao direito comum, aplicável aos particulares.
- (D) a teoria do desvio de poder.
- (E) o sistema de contencioso administrativo.

70. No tocante ao processo administrativo, a Lei Federal nº 9.784/99 estatui que

- (A) para atender relevante interesse público, poderá a autoridade superior avocar, por tempo indeterminado, competência atribuída a órgão inferior.
- (B) o recurso não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente, mas, nessa hipótese, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- (C) se aplica ao processo administrativo o princípio dispositivo, pelo qual cabe ao interessado produzir as provas que lhe interessam e que serão apreciadas pela Administração, com base na verdade formal.
- (D) em razão do princípio da economia processual, processo que tenha sido instaurado a pedido de particular, uma vez que ocorra a desistência por parte do interessado, deve ser extinto pela Administração.
- (E) se, ao recorrer de decisão administrativa, o interessado alegar que tal decisão contraria enunciado de súmula vinculante, haverá suspensão do processo administrativo e remessa a órgão de assessoria jurídica, para emissão de parecer prévio ao exame do recurso.

71. O Regime Diferenciado de Contratação é procedimento prévio à celebração de contratos pela Administração Pública e se aplica

- (A) às contratações realizadas mediante financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por força de tratado celebrado no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA.
- (B) somente às contratações realizadas pela União Federal, para execução das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
- (C) a todas as contratações de bens e serviços considerados comuns, desde que o valor do contrato supere R\$ 1 milhão.
- (D) às obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- (E) quando for dispensada a realização de procedimento licitatório, em face da urgência da contratação a ser realizada.

72. Em relação ao princípio da continuidade dos serviços públicos, a legislação brasileira prevê:

- (A) Nos contratos de parcerias público-privadas, é admissível cláusula que preveja a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.
- (B) Somente na hipótese de atraso superior a 120 (cento e vinte) dias dos pagamentos devidos pela Administração, e salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, poderá o contratado para execução de obras, serviços ou fornecimento, suspender o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- (C) Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da paralisação.
- (D) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, mediante prévia notificação do concessionário para exercício do direito de defesa.
- (E) A inexecução total ou parcial do contrato de concessão permite a encampação do serviço concedido, precedida tal medida da verificação da inadimplência da concessionária, em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

73. Em relação ao mandado de segurança, é correto afirmar que tal remédio constitucional

- (A) deve ser impetrado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, sendo tal prazo interrompido uma única vez, para apreciação de pedido de reconsideração da decisão administrativa pela autoridade coatora.
- (B) é inaplicável aos atos praticados pelo titular da Presidência da República, haja vista o princípio da insindicalidade dos atos de governo.
- (C) é incabível em relação a atos praticados por pessoas jurídicas de direito privado, tais como as empresas públicas e sociedade de economia mista.
- (D) é cabível em relação a autoridade inferior, quando o ato coator emanar de autoridade superior, desde que haja defesa do mérito da decisão impugnada pela autoridade impetrada, o que se explica pela teoria da encampação.
- (E) deve ser ajuizado perante a Justiça Federal de primeiro grau, quando o ato coator é praticado por órgão colegiado presidido por Ministro de Estado.

74. Em relação às empresas públicas, NÃO é aspecto obrigatório a ser observado em seu regime jurídico a

- (A) realização de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.
- (B) criação por meio de registro de seus atos constitutivos, na forma do Código Civil.
- (C) forma societária de sociedade anônima.
- (D) personalidade jurídica de direito privado.
- (E) vedação à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.



75. A Lei nº 12.846/2013 – alcunhada de “Lei Anticorrupção” – estabelece um regime de responsabilidade especial para pessoas jurídicas. Acerca desse regime, a lei em questão
- (A) é aplicável aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra organizações públicas internacionais, ainda que cometidos no exterior.
 - (B) estabelece, nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica sucessora pelos atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.
 - (C) estabelece a responsabilização penal objetiva das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública.
 - (D) permite que a Controladoria Geral da União aplique sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica, quando comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, ou ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
 - (E) atribui legitimidade concorrente ao Ministério Público, às Defensorias Públicas da União e dos Estados e à Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ajuizamento de ação com vistas à aplicação das sanções previstas na referida legislação, às pessoas jurídicas infratoras.

Direito Eleitoral

76. Considere as seguintes afirmativas.
- I. A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é solidária, alcançando o candidato, seu partido e os partidos coligados.
 - II. Na propaganda para eleição majoritária, a coligação partidária usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram, sob pena de multa e suspensão do horário eleitoral gratuito.
 - III. O recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira por órgão regional ou municipal de partido político não constitui fundamento suficiente a ensejar o cancelamento do registro civil e dos estatutos da agremiação partidária pelo Tribunal Superior Eleitoral.
 - IV. É vedado aos partidos políticos adotar uniforme para seus membros.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.

77. A disciplina normativa que rege a propaganda eleitoral
- (A) veda, a partir de 1º de julho do ano da eleição, que emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário, difundam opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.
 - (B) não considera crime o uso, na propaganda eleitoral, de símbolos oficiais, como a bandeira e o hino nacionais, além de emblemas, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista.
 - (C) veda, a partir de 1º de julho do ano da eleição, que emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário, usem trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, bem como produzam ou veiculem programa com esse efeito.
 - (D) veda a veiculação, na internet, de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.
 - (E) veda, por configurar prática de propaganda antecipada, a divulgação por meio de *twitter* de pronunciamentos proferidos antes de 5 de julho do ano da eleição em evento eleitoral, que exaltem as qualidades pessoais e profissionais do candidato.

78. Considere as seguintes afirmativas.

- I. É vedada a aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário em campanhas eleitorais.
- II. Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total dos recursos oriundos do Fundo Partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.
- III. A inobservância do limite de 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos do Fundo Partidário para pagamento de pessoal não implica a rejeição das contas do partido político, caso não demonstrada a ocorrência de má-fé, desídia ou o comprometimento da lisura e transparência na prestação de contas.
- IV. O Fundo Partidário é distribuído aos órgãos nacionais dos partidos políticos, sendo 1% (um por cento) do total partilhado em partes iguais a todos os partidos e 99% (noventa e nove por cento) aos partidos que tenham alcançado na eleição para Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos votos válidos, desde que distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de 2% (dois por cento) do total de cada um deles.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.



79. NÃO é vedada a filiação partidária daquele que
- tenha sua inelegibilidade reconhecida pela Justiça Eleitoral em face de ter sido, na condição de magistrado, compulsoriamente aposentado, há três anos, por decisão sancionatória.
 - possui idade inferior a dezesseis anos.
 - seja regularmente considerado analfabeto, mesmo que não tenha efetivado seu alistamento eleitoral.
 - tenha sua naturalização cancelada por sentença transitada em julgado.
 - tenha sido, há cinco anos, condenado em decisão judicial definitiva por improbidade administrativa em face de ter adquirido, para si ou para outrem, no exercício de cargo público, bens cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

80. Considere as seguintes afirmativas.
- Não é incompatível com a advocacia o exercício do cargo de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral pelos advogados nomeados, nos termos da Constituição, pelo Presidente da República.
 - É cabível que nomeação para o cargo de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, em vaga reservada a advogado, recaia sobre cidadão que ocupe cargo público municipal de que seja demissível *ad nutum*.
 - No âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais, cabe ao Presidente da República nomear dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado, desde que tenham mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
 - O Tribunal Superior Eleitoral deve eleger seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal que o integram, e o Corregedor Eleitoral dentre os demais membros da Corte.
- Está correto o que se afirma em
- I e II.
 - I e III.
 - I e IV.
 - II e III.
 - II e IV.

GRUPO TEMÁTICO IV

Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

81. A ação civil pública
- não pode ter a sua titularidade ativa assumida por outra associação legitimada, quando houver desistência injustificada pelo autor, vez que tal atribuição é exclusiva do Ministério Público.
 - proposta pelo Ministério Público não comporta a habilitação como litisconsortes ativos de outras associações legitimadas.
 - destinada à tutela do dano ambiental pode ser proposta no foro do domicílio do réu ou no foro do local onde ocorreu o dano.
 - poderá ser proposta pelo Ministério Público sem estar embasada em prévio inquérito civil instaurado sob sua presidência, para apurar o fato que justifica o seu ajuizamento.
 - destina-se exclusivamente à tutela do meio ambiente, do consumidor e dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

82. A respeito do crime contra a fauna previsto no art. 25 da Lei nº 9.605/98 "*Matar, perseguir, caçar, apanhar espécies da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena: detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa*", é correto afirmar:
- a prática do delito durante a noite é causa especial de aumento de pena.
 - aplica-se aos atos de pesca.
 - o proprietário da área onde se realizar a caça não pode ser sujeito ativo do delito.
 - pode ser punido a título de dolo ou de culpa.
 - pode ter como objeto animais domésticos.

83. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade civil pelo fato do produto, em virtude de danos causados aos consumidores, é, como regra geral, do
- fabricante e do comerciante solidariamente.
 - fabricante, apenas.
 - fabricante e, subsidiariamente, do comerciante.
 - comerciante e, subsidiariamente, do fabricante.
 - comerciante, apenas.

84. Quanto ao crime previsto no art. 64 do Código de Defesa do Consumidor: "*Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado: Pena – Detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa*", é correto afirmar que
- somente o fabricante pode ser sujeito ativo do delito.
 - a ação penal correspondente é pública condicionada.
 - é punível a título de culpa.
 - é um delito comissivo por omissão.
 - é inadmissível a tentativa.

85. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa, considere:
- Se o mesmo ato praticado pelo agente público, no exercício da função pública, caracterizar improbidade administrativa e crime, a ação civil pública deverá permanecer com seu curso suspenso até o julgamento da ação penal, vez que nesta poderá ser reconhecida a inexistência do fato ou negada a respectiva autoria.
 - As sanções impostas em razão da prática de ato de improbidade administrativa devem guardar proporcionalidade com a extensão do dano e o eventual proveito obtido.
 - O recebimento de vantagem econômica indevida recebida de forma indireta pelo agente público a título de gratificação, paga por quem tenha interesse indireto na ação ou omissão funcional, configura ato de improbidade administrativa, independentemente do efetivo atendimento do interesse daquele que ofertou indigitada vantagem.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- II.
 - II e III.
 - I e II.
 - I e III.
 - I.



<p>86. A respeito da Lei nº 11.340/06, que dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar:</p> <p>(A) Por medida de economia processual, a ofendida poderá ser encarregada de entregar intimação ou notificação ao agressor.</p> <p>(B) Considera-se família o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.</p> <p>(C) Os processos cíveis regidos por esta Lei tramitarão exclusivamente no domicílio da ofendida.</p> <p>(D) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada para tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.</p> <p>(E) É permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.</p>	<p>89. O arquivamento do inquérito civil</p> <p>(A) impede os demais legitimados ativos de moverem ação civil pública acerca dos mesmos fatos nele investigados, exceto se surgir fato novo.</p> <p>(B) será homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, após o exame e concordância do juiz competente.</p> <p>(C) será apreciado pelo Conselho Superior do Ministério Público, que poderá converter o julgamento em diligência para novas investigações.</p> <p>(D) será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça que, em divergindo, poderá designar outro Órgão do Ministério Público para propor a ação civil pública.</p> <p>(E) viola os princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade na atuação do Ministério Público.</p>
<p>87. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude,</p> <p>(A) no recurso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, o juiz proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão.</p> <p>(B) no recurso de apelação, o prazo para interpor e para responder é sempre de 15 dias.</p> <p>(C) o preparo dos recursos deve ser recolhido dentro do prazo de interposição.</p> <p>(D) a apelação será sempre recebida somente no efeito devolutivo.</p> <p>(E) os recursos não terão preferência de julgamento e serão examinados pelo relator e pelo revisor.</p>	<p>90. O compromisso de ajustamento de conduta</p> <p>(A) enseja necessariamente o arquivamento de inquérito civil em que celebrado.</p> <p>(B) referendado pelo Ministério Público não impede a adoção de medidas judiciais cabíveis por parte de qualquer colegitimado.</p> <p>(C) poderá versar acerca da disponibilidade do direito material controvertido.</p> <p>(D) referendado pelo Ministério Público tem a natureza de título executivo judicial.</p> <p>(E) é incabível, em qualquer situação, nos casos da lei de improbidade administrativa.</p>
<p>88. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude,</p> <p>(A) a concessão da remissão não poderá incluir a aplicação da medida de encaminhamento a cursos ou programas de orientação.</p> <p>(B) se o representante do Ministério Público designado em substituição também se recusar a oferecer representação, o juiz designará advogado <i>ad hoc</i> para esse fim.</p> <p>(C) a remissão poderá ser concedida pelo representante do Ministério Público mesmo após iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional.</p> <p>(D) discordando a autoridade judiciária da remissão concedida pelo representante do Ministério Público, designará outro Promotor de Justiça para oferecer representação.</p> <p>(E) a remissão concedida pelo representante do Ministério Público antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional depende de homologação judicial.</p>	<p style="text-align: center;">Direito da Criança e do Adolescente</p> <p>91. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, compete ao Ministério Público:</p> <p>(A) nos processos e procedimentos em que for parte, ter vista dos autos posteriormente às demais partes, na defesa dos direitos e interesses previstos no Estatuto.</p> <p>(B) homologar a remissão para exclusão do processo de apuração de ato infracional.</p> <p>(C) representar ao juízo visando a aplicação de penalidades por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude.</p> <p>(D) promover, desde que por solicitação do interessado, a inscrição de hipoteca legal de bens de crianças e adolescentes em caso de falta dos pais ou responsável.</p> <p>(E) requerer à autoridade judiciária medidas que interrompam as irregularidades constatadas na fiscalização de entidades de atendimento, haja vista que não pode adotar de pronto medidas administrativas para saná-las.</p>



<p>92. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos princípios que regem a aplicação das medidas protetivas é o</p> <p>(A) da responsabilidade primária e solidária do poder público.</p> <p>(B) higienista.</p> <p>(C) tutelar.</p> <p>(D) da matricialidade judicial.</p> <p>(E) da situação irregular.</p>	<p>95. A Lei nº 12.594/12, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, prevê, quanto ao regime disciplinar a ser mantido pelas unidades de atendimento socioeducativo em seus regimentos internos, a</p> <p>(A) previsão de sanções por prazo determinado, bem como por prazo indeterminado, sendo este último dependente do arrependimento do adolescente quanto à infração cometida.</p> <p>(B) obrigatoriedade da oitiva do adolescente, também nos casos em que não haja instauração do processo disciplinar.</p> <p>(C) tipificação das infrações disciplinares como leves, médias, graves e gravíssimas.</p> <p>(D) aplicação do regime disciplinar, independente da responsabilidade civil ou penal que advenha do ato cometido.</p> <p>(E) obrigatoriedade de se incluir ao menos um adolescente socioeducando como integrante da comissão de apuração disciplinar.</p>
<p>93. Com relação às medidas socioeducativas aplicadas a adolescente autor de ato infracional, é correto afirmar:</p> <p>(A) Quaisquer das medidas socioeducativas podem ser aplicadas e executadas cumulativa e simultaneamente.</p> <p>(B) No caso da inserção do adolescente em medida de obrigação de reparar o dano, se no curso de seu cumprimento não houver possibilidade de efetivo ressarcimento, a medida não poderá ser substituída por outra, exceto pela de liberdade assistida.</p> <p>(C) A medida de semiliberdade não poderá ser aplicada desde o início, podendo ser o adolescente nela inserido em caso de transição da internação para o meio aberto.</p> <p>(D) A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade poderá ser suspensa desde seu início, caso se trate de adolescente primário, pelo prazo de até dois anos.</p> <p>(E) A medida socioeducativa de advertência poderá ser aplicada com prova da materialidade e indícios suficientes de autoria.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Institucional</p> <p>96. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, o membro do Ministério Público</p> <p>(A) adquire a vitaliciedade com três anos de efetivo exercício de suas funções, após o que só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(B) terá assegurado o direito de solicitar a presença do Corregedor-Geral do Ministério Público para ser indiciado em inquérito policial.</p> <p>(C) com mais de dois anos de exercício só perderá o cargo por decisão do Conselho Superior do Ministério Público, tomada por maioria de dois terços.</p> <p>(D) tem a prerrogativa de receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem.</p> <p>(E) em disponibilidade remunerada não estará mais sujeito às vedações constitucionais.</p>
<p>94. O Provimento da Corregedoria do CNJ nº 32/13, para a realização das audiências concentradas, prevê</p> <p>(A) a intimação prévia dos pais ou parentes para participação no ato, não se admitindo sua extensão a parentes do acolhido que constituam sua família extensa.</p> <p>(B) a intimação de representante da Secretaria Municipal de Saúde, visando contribuir para a abreviação do tempo de institucionalização.</p> <p>(C) a confecção de ata única de audiência, envolvendo todos os casos de crianças e adolescentes acolhidos em uma mesma entidade de atendimento.</p> <p>(D) o encaminhamento pelo magistrado ao Ministério Público dos dados fundamentais, colhidos ao final das audiências, para inclusão no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA).</p> <p>(E) a impossibilidade de reexame da decisão do Promotor de Justiça que entender pela não propositura da ação de destituição do poder familiar dos pais biológicos e a manutenção do acolhimento por mais de seis meses.</p>	<p>97. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, NÃO inclui entre os órgãos de execução</p> <p>(A) o Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(B) os Promotores de Justiça.</p> <p>(C) o Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>(D) o Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(E) os Procuradores de Justiça.</p>



98. Tendo em conta o disposto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Pernambuco, considere:

- I. O controle externo exercido pelo Poder Legislativo inclui a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação e dotação de recursos próprios e renúncia de receitas.
- II. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues ao Ministério Público até o dia vinte de cada mês, vinculados ao tipo de despesa a que se destinam.
- III. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente à Assembleia Legislativa do Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

99. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Pernambuco, compete ao Sub-Procurador Geral de Justiça em assuntos jurídicos

- (A) exercer, em nome próprio, as funções processuais do Procurador-Geral de Justiça.
- (B) promover a cooperação e a interação entre o Ministério Público e as demais instituições públicas e privadas.
- (C) dirigir as atividades funcionais e os serviços técnicos e administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.
- (D) assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções institucionais.
- (E) coordenar o recebimento e a distribuição dos processos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça.

100. A respeito da promoção, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Pernambuco, é correto afirmar que

- (A) será obrigatória a promoção do membro do Ministério Público que figurar por três vezes consecutivas ou alternadas em listas de merecimento, somente sendo possível a exclusão do mesmo pela unanimidade dos votos do Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) a recusa do membro do Ministério Público mais antigo na indicação por antiguidade somente poderá ocorrer pelo voto motivado de 2/3 dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público.
- (C) o primeiro critério para a promoção por antiguidade é o tempo de carreira no Ministério Público.
- (D) a recusa de indicação pelo Conselho Superior do Ministério Público do membro do Ministério Público mais antigo na promoção por antiguidade é irrecorrível.
- (E) a lista de merecimento resultará dos seis nomes mais votados pelo Conselho Superior do Ministério Público, ainda que não obtida a maioria de votos.